

CRISE POLÍTICA GOLPE DE ESTADO E RESISTÊNCIA

UMA PERSPECTIVA ANARQUISTA



PRIMAVERA DE 2017

ESTE TEXTO E MUITOS OUTROS SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS
PARA LEITURA E COMPARTILHAMENTO NO SITE:

FACCAOFICTICIA.NOBLOGS.ORG

1. GOVERNAR SEM VOTO: INTRODUÇÃO À CRISE POLÍTICA NO BRASIL

Em 2016, parlamentares destituíram a presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, sob acusação de cometer “irregularidades contábeis” conhecidas como “pedaladas fiscais”. A votação do Impeachment na Câmara dos Deputados foi transmitida ao vivo na televisão como uma partida de futebol no dia 17 de abril: o país inteiro viu os políticos declarando que votavam em nome de Deus, Jesus, da família e da moral e em memória de torturadores e assassinos da Ditadura Militar (1964 – 1985). Ao fim desse espetáculo perturbador, 367 dos 513 deputados votaram pelo afastamento da presidente. Assim, Dilma Rousseff deixou temporariamente o governo e seu vice-presidente, Michel Temer do PMDB, assumiu o cargo como interino. Quatro meses depois, no dia 31 de agosto, o Senado aprovou definitivamente o Impeachment por 61 votos contra 20 e Temer se tornou presidente e deu início a uma radical reestruturação de todo o governo e dos ministérios. Foi o fim dos 13 anos de governo do PT, a mais longa gestão de um partido político na presidência do país desde a redemocratização.

Os deputados e senadores que votaram pelo Impeachment da presidente são os porta vozes das elites industriais e agrárias do país, sendo que muitos são também evangélicos ou católicos. Toda essa articulação foi abertamente apoiada pelas principais mídias e movimentos de direita e conservadores em geral – os mesmos grupos por trás dos protestos “anti-corrupção” que ocorreram em centenas de cidades do país. Se as coisas não estavam boas com o governo petista, sua queda anuncia um futuro ainda pior para toda a classe trabalhadora, periferias, populações indígenas, negras e LGBTIQ. Os ganhos econômicos e as políticas sociais implementadas pelo partido de Lula e Dilma não têm grande valor para a elite tradicional. Sem Dilma, o PMDB de Temer e seus aliados ficaram mais à vontade para implementar medidas agressivamente neoliberais e antipopulares para atender a demanda por austeridade por parte dos empresários. Temer ganhou o poder como se não tivesse sido eleito na mesma chapa eleitoral que Dilma. Passou a exercer um mandato e um projeto político próprio, representando elites políticas e econômicas que, por décadas, acostumaram-se a governar sozinhos, com ou sem voto. Mas o caminho até o Impeachment em 2016 é longo e muito mais complexo do que a polarização

entre traídos e traidores. Antes de ser traído por seus aliados, o PT traiu seus próprios princípios e o de muitos que o apoiaram para que chegasse no governo. É partindo de uma análise dessa trajetória que vamos abordar a crise política atual.

NÃO UMA LUTA DE CLASSES, MAS UM PACTO DE CLASSES

Michel Temer só está no comando do país hoje porque foi convidado pelo próprio PT para ser o vice de Dilma, como parte de sua estratégia de conciliação de classes, que trouxe para dentro do governo as serpentes que morderiam sua mão. Assim como Temer, a burguesia não esteve fora do governo de Lula ou de Dilma: mesmo com o PT no governo, estas elites estavam lá nos bastidores sendo aliadas quando era útil para ambas as partes. A conciliação de classes foi a grande estratégia petista para conseguir vencer a eleição em 2002. Em sua “carta ao povo brasileiro”, Lula busca acalmar o mercado financeiro que temia a vitória de um presidente sindicalista. Na carta, ele afirma que pretende respeitar os compromissos do Estado com a dívida externa e não tomar medidas unilaterais. Como podíamos esperar, a esquerda no poder com o PT não foi uma inimiga das elites, mas sim uma aliada no processo de desenvolvimento capitalista.

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008) e de Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil tornou-se uma economia emergente baseada na produção primária de commodities, preços internacionais altos, criação de 1,5 milhão de novos empregos de salário mínimo e poder aquisitivo para as classes pobres, principalmente através de expansão do micro-crédito (ou seja, endividamento massivo dos pobres e da classe média baixa). Enquanto isso, a dívida pública só aumentou e os lucros dos bancos e do sistema financeiro foram os maiores da história.

O contexto externo favorável foi determinante. A crise de 2008 estagnou a economia na Europa e nos EUA, levando os capitais dos países centrais para serem investidos nas periferias. Além disso, a China, que continuava crescendo, tornou-se o parceiro internacional mais importante do Brasil, comprando matérias-primas e vendendo produtos industrializados. Com isso, sobravam os recursos necessários para implementar enormes programas sociais que tiraram 45 milhões de pessoas da pobreza extrema. Lula convidou os ricos a ficarem mais ricos, convencendo-os de que pode ser rentável dar dinamismo à economia

e incluir nas relações de consumo as regiões e classes historicamente excluídas. Aliado a medidas que facilitaram o acesso ao crédito pessoal, esse foi um passo estratégico para ampliar o mercado interno e beneficiar populações excluídas em regiões que estiveram por décadas sob a influência dos políticos mais oligárquicos, como o nordeste do Brasil e a maior parte dos bairros urbanos pobres e favelas. Todas essas pessoas se sentiram beneficiadas como nunca num curto prazo de tempo. Como a esmagadora maioria da população brasileira é pobre, o Partido dos Trabalhadores garantiu uma sólida base política para ser eleito quatro vezes seguidas.

Da porta para fora, o PT era o partido do povo, que se preocupava com os trabalhadores e os pobres, mas dentro dos palácios, era quem apertava as mãos dos grupos conservadores, corruptos e neoliberais que de fato assumiram a economia enquanto o partido administrava o corpo social e as políticas públicas. Obviamente, a corrupção, a propina e as outras vias ilegais foram essenciais para que o PT se tornasse um partido tão desonesto quanto qualquer outro no poder. Assim, a curto prazo, os ricos e os pobres ficaram satisfeitos ao mesmo tempo e os movimentos sociais eram abafados, diretores sindicais ganharam cargos no governo. Reforma agrária praticamente parou desde que Lula chegou ao poder e a demarcação de terras indígenas na gestão de Dilma Rousseff foi a menor da era democrática. Uma vez que precisava assegurar os interesses dos grandes nomes do agronegócio e dos latifúndios, o PT optou por não garantir o direito à terra para povos indígenas ou Ce camponesas.

O FIM DE UMA AMÉRICA LATINA DE ESQUERDA

Nas últimas duas décadas, a América Latina esgotou-se da direita burguesa tradicional e o abriu espaço para governos de esquerda e origem popular em diversos países. Vimos presidentes operários, mulheres e indígenas assumindo diferentes posturas, mas que podem ser divididas em dois grande blocos: de um lado, países como Venezuela, Bolívia e Equador escolheram a bandeira do bolivarianismo, isto é, posturas anti-imperialistas, antineoliberais e antioligárquicas combinadas com o típico autoritarismo estatal contra suas populações. Outros, como Chile, Uruguai e Brasil formaram coalizões social-liberais, que aliam partidos originalmente de esquerda com outros de centro ou



Belo Horizonte, 31 de maio de 2017: “Nenhum governo é opção!”

moderados, não romperam com as cartilhas neoliberais e o chamado Consenso de Washington. Continuam aplicando medidas progressistas, programas sociais de acesso a educação e a renda, melhorando as condições de vida dos pobres mas jamais desafiam as estruturas que produzem e mantêm a desigualdade.

Programas sociais como Bolsa Família, ficaram famosos no mundo todo como uma das maiores realizações do governo Lula, por tirar da miséria cerca de 45 milhões de pessoas, mas é apenas um programa de transferência de renda condicionada recomendado pelas instituições financeiras mais agressivas, como o FMI. Sua média de R\$ 176,00 por família (cerca de U\$ 55,00) fazem a diferença para milhões de pessoas que não têm nada, mas são uma esmola comparados ao seguro-desemprego e outros auxílios de países ricos como França ou Alemanha. Mas é o típico caminho da social-democracia: em sua origem, é o socialismo que troca a luta revolucionária pela disputa eleitoral para controlar o Estado; na prática, é apenas um projeto de poder que abandona a luta de classes para buscar um pacto entre as classes em benefício das elites.

Mas um erro estratégico do PT pode ter sido acreditar que governar para os ricos seria suficiente para ser considerado uma parte deles. A elite não aceita bem os novos membros e, quando muito, só confia nos seus. Mesmo quando

trabalhava para os políticos da direita e conglomerados do agronegócio e da indústria, Lula e o PT ainda carregavam uma imagem, a da classe trabalhadora, pobre, negra e de esquerda para aquelas elites – algo do qual era preciso se livrar em breve.

Foi a própria elite, e não as classes pobres, que decidiram romper com o pacto criado pelo Partido dos Trabalhadores quando perceberam que este já não era mais necessário. O problema não era que os pobres estavam ganhando algum dinheiro, mas sim que os ricos já não estavam ganhando tanto. Os anos passaram e, quando o contexto externo não era mais favorável, a recessão atingiu o país, e a solução encontrada por Dilma em seu segundo mandato foi tentar governar com o pensamento a longo prazo e romper com os acordos que garantiam tranquilidade para a elite desde os primeiros anos da era Lula. O pacto já não era suficiente e a mesma elite por trás das indústrias, agronegócio e os bancos exigiram o mais puro neoliberalismo. Eles rapidamente reorganizaram sua agenda junto com seus aliados parlamentares, promovendo mais cortes em direitos, na previdência, na educação, enfim, pressionando por políticas de austeridade.

Como o próprio Temer alega, as articulações para o Impeachment começaram quando Dilma se recusou a aceitar um projeto neoliberal, conhecido como “Uma Ponte para o Futuro”, desenhado pelo PMDB em 2015. O plano consistia em pagar a dívida pública aos bancos usando o dinheiro que iria para educação, saúde e programas sociais. O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, também do PMDB, aceitou o pedido de Impeachment de Dilma Rousseff em dezembro do mesmo ano com a acusação de “irresponsabilidade fiscal” e relação com o escândalo de corrupção revelado pela enorme operação Lava Jato, da Polícia Federal. A aprovação do governo que chegou a 80% apenas 3 anos antes, caiu para apenas 8% após massivos ataques do judiciário e da mídia. A porta de saída para Dilma Rousseff estava sendo aberta.

Não é apenas no Brasil: os projetos de governos de esquerda latinoamericanos estão se esgotando e não é uma surpresa que muitas pessoas, cansadas de esperar por alguma mudança social e econômica profunda, sejam seduzidas pelos discursos de direita. As elites locais já tentaram golpes na Venezuela, no Equador e na Bolívia e conseguiram em Honduras e no Paraguai destituir presidentes democraticamente eleitos que tentaram implementar

reformas superficiais que incomodaram os ricos. Na Argentina, o peronismo de Cristina Kirchner deu lugar ao neoliberal Mauricio Macri e na Venezuela, o primeiro país a eleger um presidente socialista e bolivarianista na virada do século entra em profunda crise econômica que não parece ter uma saída. Na Bolívia, Evo Morales, o presidente camponês e indígena decepcionou sindicatos da cidade e movimentos dos camponeses e perdeu o referendo que permitiria que o presidente se candidatasse pela terceira vez. Ao prometer o que não se pode cumprir dentro do Capitalismo (justiça social e igualdade econômica), a esquerda alimentou a desilusão popular que vai ser combustível para políticos de direita trazerem de volta o neoliberalismo mais puro e agressivo.

2. A NECESSIDADE DO GOLPE: O COMBATE À CORRUPÇÃO COMO FERRAMENTA PARA DESTRUIR INIMIGOS POLÍTICOS

“Para mim, não há dúvidas de que a pior das democracias é sempre preferível à melhor das ditaduras, pelo menos do ponto de vista educativo.”

Errico Malatesta - Democracia e Anarquismo

Mesmo sendo o PT um partido cheio de políticos condenados ou investigados por corrupção, a presidente Dilma não estava envolvida em nenhum crime comprovado. O procedimento de Impeachment foi um golpe institucional disfarçado de combate à corrupção, onde interpretações e manipulações tendenciosas das leis permitiram a anulação de uma eleição inteira para colocar no poder um partido e um programa político que não vence eleições há mais de uma década. Como não conseguiram derrubar nem Lula nem Dilma nas disputas eleitorais, o golpe foi a única saída encontrada pela oposição para continuar com um projeto de país ainda pior do que o construído pela social-democracia do PT.

A necessidade do golpe foi política e não ética. Isso fica óbvio quando a acusação não consegue provar qualquer relação de Dilma Rousseff com os crimes apurados pela operação Lava Jato. Essa operação, organizado pela Polícia Federal, investiga o maior escândalo de corrupção da história do Brasil, e já indiciou por corrupção 50 políticos de 6 partidos e diretores das 10 maiores empresas e empreiteiras no país e do mundo incluindo a empresa brasileira Petrobras. Quando a polícia passou a investigar políticos do PT, especialmente

o ex-presidente Lula, a mídia fez questão de mostrar isso como uma prova que os políticos do PT eram os principais ou os únicos corruptos na política, e passou a incitar as manifestações de rua que dariam legitimidade ao golpe. Seria muito útil para a elite colocar outro presidente no comando e em seguida frear a investigação para salvar o resto. Talvez o maior benefício da operação Lava Jato foi mostrar que a corrupção é inseparável do sistema e permeia praticamente todos os partidos e todas as maiores empresas, que financiam, na mesma medida, tanto as campanhas eleitorais da direita quanto da esquerda.

No entanto, mais da metade dos parlamentares que estavam investigando a presidente também estão sendo investigados ou já foram condenados por crimes de corrupção, como o deputado Eduardo Cunha, responsável por dar início ao processo de Impeachment em 2015. Ele foi preso em outubro de 2016 sob a acusação de estar envolvido com suborno e lavagem de dinheiro.

As “pedaladas fiscais”, isto é, o atraso no pagamento de empréstimos bancários utilizados para programas sociais (como o Bolsa Família) não são um crime nem mesmo para o procurador do Ministério Público Federal, mas uma técnica usada por muitos prefeitos, governadores e quase todos os ex-presidentes antes de Dilma. Mesmo assim, isso não foi considerado pelos parlamentares quando afastaram uma presidente escolhida em eleições democráticas. E apenas dois dias após votar pelo Impeachment, o Senado aprovou uma lei que torna as pedaladas uma manobra permitida pelo governo federal. Depois de usarem tais manobras como principal acusação contra Dilma Rousseff, o Congresso torna impossível que tais acusações sejam usadas contra o novo presidente.

A corrupção é um termo usado apenas para personificar um indivíduo ou grupo como inimigos da moral e dos bons costumes. Esse teatro criado pela mídia, que apela ao senso comum e foi legitimado pelas multidões na rua só ataca corruptos quando consegue usar isso para enfraquecer inimigos e blindar os aliados. Ou seja, um mero pretexto para suspender os procedimentos democráticos comuns, distorcer as leis e garantir que o poder continue nas mãos de poucas pessoas, sem questionar a essência do sistema e a corrupção que o sustenta. Governos democráticos são, por definição, o controle de poucos sobre o resto, usando o espetáculo eleitoral para dizer que tem legitimidade; são sistemas excludentes, autoritários e opressivos, onde nossa participação ou nossa autodeterminação são limitadas a todo instante pela representação política e pela repressão policial. Mas, quando seus agentes e instituições começam a violar e

distorcer abertamente suas próprias leis para tirar ainda mais benefício delas, isso indica que teremos ainda muito mais problemas adiante e que não serão direitos constitucionais ou o voto da maioria que vão nos proteger.

3. UM GOLPE DE ESTADO?

“Ao nos referirmos ao golpe de Estado, podemos dizer (ou queremos dizer) que é parte do passado, que é uma relíquia do passado; mas, com efeito, ele não estaria, na atualidade, ancorado no cerne da prática governamental? Não seria possível dizer que a prática governamental contemporânea se baseia numa modalidade permanente de golpe de Estado? Referir-se à noção de golpe de Estado não poderia significar que estamos interpretando a economia geral do poder nas nossas sociedades como se elas estivessem em vias de se encaminhar, cada vez mais, em direção a práticas de exceção? Falar de golpe de Estado, na atualidade, não seria uma maneira de afirmar que os mecanismos de funcionamento do poder se apoiam em medidas de exceção e que, conseqüentemente, a exceção é o paradigma para se interpretar nossa modernidade?”

Roberto Nigro, “Violência de Estado, golpe de Estado, estado de exceção.”

Quando falamos de golpe de Estado, tocamos em algo que ainda está fresco na memória do país. Em 1964, o Brasil viveu um golpe de Estado civil-militar que derrubou um governo democraticamente eleito e manteve gerais no poder por 21 anos. Não havia qualquer indício sério de que uma luta armada estava para tomar o poder no país, mas as elites econômicas e militares achavam que era necessário agir “preventivamente”. O contexto era de Guerra Fria e brotavam ditaduras na América Latina apoiadas pela CIA e pelas forças armadas estadunidenses. No caso do Brasil, temiam que o Brasil “se tornasse uma nova Cuba ou uma China”. A operação Brother Sam, organizada pela marinha dos EUA em apoio aos militares brasileiros, levou toda a frota do Caribe para a costa brasileira na véspera do golpe, dia 31 de março de 1964. O golpe tinha, portanto, as imagens clássicas de tanques e tropas ocupando as ruas, tomando os palácios e prendendo políticos, impondo leis marciais e o apoio bélico da maior potência do imperialista do mundo.



A imagem clássica: tanques nas ruas do Rio de Janeiro no golpe 1964

GOLPE OU REVOLUÇÃO

Na era moderna, um golpe é uma manobra usada por grupos das elites ou de dentro do aparelho estatal para tomar o controle do Estado e excluir outras elites desse controle. Ele não altera a ordem social ou posição das classes. Desde a Revolução Francesa e ascensão dos estados modernos, o golpe de Estado deixa de ser um ato louvável do Príncipe que precisa manter a ordem real, e passa a ser visto como uma violação da continuidade da razão de ser do Estado, algo não legítimo. Surgem então as narrativas que elogiam as revoluções através das quais se constituíram os estados modernos. Não coincidentemente, os militares envolvidos no golpe de 1964 no Brasil chamaram o evento de “revolução” – e seus atuais partidários ainda o fazem, assim como o golpe que instaurou a República é chamado de “Proclamação” e o que levou Vargas ao poder em 1930 também ganhou o apelido de “Revolução”.

Obviamente, quando as ruas foram inundadas com manifestações contra Dilma Rousseff e o PT em 2015, a classe média conservadora e alguns grupos de extrema direita reivindicaram a intervenção militar. Mas os militares disseram que “estão completamente inseridos na Democracia e não voltarão”.

Com o fim da Guerra Fria, a CIA não tem tanto interesse em apoiar governos militares na América Latina novamente, pois regimes democráticos se mostraram tão eficientes quanto as ditaduras em manter países em desenvolvimento sob controle político e econômico das instituições financeiras e do mercado externo – um modelo a ser espalhado por todo o globo.

De qualquer forma, o fato é que “golpe” é um termo mal visto e ultrapassado. A solução para uma elite querendo se livrar ou derrubar outra – sim, o PT é apenas mais uma elite – seria um procedimento com a aparência legal e democrática, como um julgamento baseado em acusações controversas que dividem as opiniões de cientistas políticos e juristas caminhando no limite entre o legal e o ilegal. Manobras semelhantes a essas vimos em Honduras em 2009 e no Paraguai em 2012, e talvez indiquem que estamos entrando em uma nova era, onde um novo tipo de golpe é formulado dentro do jogo democrático, construindo sua legitimidade com o apoio da mídia conservadora e de manifestações de rua. Assim, não conseguimos chamar isso de Golpe de Estado e eles não precisam chamar isso de Revolução.

PORQUE DIZER GOLPE

Com o fim da Ditadura Militar e a consolidação da nova Constituição Federal de 1988, foi constituído o Estado Democrático de Direito no Brasil. Isto significa que o Estado Brasileiro pretende limitar seus poderes com base nos princípios do Estado de Direito (respeito aos direitos humanos e fundamentais internacionais) e do Estado Democrático (respeito às eleições democráticas e às leis constituídas, promoção da igualdade de todos perante a lei e da igualdade social). Um Estado de Exceção é exatamente o oposto disso: a inversão dessa normalidade, onde as leis constitucionais, os direitos das pessoas à liberdade e sobre o seu corpo e sua vida são suspensos para que o governo concentre em suas mãos total poder para solucionar uma situação de emergência ou crise que ameaça o Estado. Prisão sem justificativa ou defesa, repressão a movimentos sociais, tortura, assassinatos: vale tudo para garantir a lei e a ordem.

Não queremos contribuir para meras polarizações ou maniqueísmos entre Estado de Direito e Estado de Exceção. Sabemos que o Estado de Direito é também um estado policial, sob o controle das classes dominantes e do Capitalismo, que protege os cidadãos que se submetem, vigia, prende e extermina quem se rebela,

quem não é parte da normatividade hegemônica – torna alvo as populações periféricas, não-heteronormativas, negras e indígenas. Entendemos que o Estado de Direito não elimina o autoritarismo ou a expansão colonial; e que o Estado de Exceção tem se tornado cada vez mais uma normalidade. Fugir às regras, suspender direitos e liberdade fundamentais tem se tornado cada vez mais a norma para os Estados modernos.

Mas desta vez, em 2016, não vimos a mesma paisagem militarizada de 1964 e ainda chamamos isso de golpe devido às características extra-legais e de exceção que presenciamos nesse episódio. Os aliados de Lula e Dilma dizem que houve “golpe” para se colocar como meras vítimas, como se não tivessem se relacionado com aqueles que arquitetaram a sua queda, como se fosse a redenção depois de anos trabalhando para a lubrificar as engrenagens capitalistas enquanto a direita não voltava ao poder. Com tal discurso, afirmam que os governos do PT possuem uma legitimidade inquestionável porque foram eleitos pelo voto democrático. Não colaboramos com esse tipo de análise. É preciso pensar o termo golpe de Estado com uma perspectiva crítica ao Estado e suas leis, para descrever o que aconteceu em 2016. Precisamos tonar mais abrangente o uso dessa palavra para entender que existem características de um Estado de Exceção em muitas outras manobras que governantes usam para concentrar ainda mais poder. E, especialmente, para entender as medidas de exceção implementadas pelo próprio PT.

Dizemos golpe porque o governo do PT não caiu pelas forças vindas de baixo, rebeldes ou insurreccionárias. As instituições estatais e econômicas não foram abaladas, e o que aconteceu foi que um grupo de parlamentares provou que é possível usar um procedimento de Impeachment sem crime comprovado para derrubar um governo eleito pela maioria. Na Democracia, capitalistas e políticos de carreira se revezam no poder de acordo com o resultado das eleições. Eventualmente, um partido de esquerda ou um político de origem pobre pode chegar ao governo se prometer fazer o jogo dos que normalmente ocupam seus cargos. Todo esse jogo é mediado por leis, isto é, por acordos feitos entre as elites e impostos aos resto da população. Quando essas leis são suspensas ou distorcidas para favorecer um grupo poderoso, chamaremos isso de golpe porque prova que o resultado do jogo eleitoral pode ser dissolvido quando uma elite conseguir manipular as leis ao seu favor. Mesmo que depois não seja instaurada uma ditadura e que as mesmas leis constitucionais continuem a valer da mesma forma.

Toda essa bagunça e instabilidade deixa claro a tal Democracia se instalou aqui no sul do globo de uma forma muito diferente da fórmula europeia e estadunidense. Podemos ver com mais nitidez que as forças comandando o país são maiores que os partidos e que o voto. Nos países democráticos, os Estados herdaram dos reis e impérios seus exército, suas leis, suas prisões e suas fronteiras. No Brasil, os anos de ditadura também nos deixaram o mesmo aparato policial/jurídico e a mesma burguesia no comando da indústria, da mídia e dos bancos. E essa herança está longe de ser superada e é impossível de ser reformada.

UM SÉCULO DE DITADURAS COM BREVES LAPSOS DE DEMOCRACIA BURGUESA

“Não há uma distinção clara entre ditadura e democracia. Todos os governos impõem, muitos ditadores são eleitos e algumas pessoas vivendo sob uma ditadura muitas vezes encontram meios de influenciar o governo que são mais diretas do que os meios disponíveis para cidadãos vivendo sob democracias”.

Peter Gelderloos – The Failure of Nonviolence

A relação entre o a República Brasileira, Democracia, golpes e regimes autoritários é conturbada e intensa, mas ajuda a visualizar onde estamos e o caminho que nos trouxe até aqui. Quando Dilma Rousseff foi eleita presidente em 2010, era a única candidata que tinha um vice-presidente de um outro partido: Michel Temer, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Esse é o maior partido do Brasil, que abriga hoje os membros de centro-direita, mas principalmente conservadores.

A manobra de Dilma não foi algo novo, mas a repetição do seu antecessor: Lula ficou famoso como o primeiro presidente com uma origem operária e um passado como dirigente sindical. Porém, convidou José Alencar, um rico empresário de um partido de centro-direita para ser seu vice-presidente. Desde o início, o governo do PT pretendia construir uma aliança entre elites estatais, políticas e econômicas, e a aristocracia dos sindicatos operários e movimentos sociais.

A origem do PMDB remete à Ditadura civil-militar brasileira, quando apenas dois partidos foram autorizados a existir. O ARENA foi o partido militar

e o MDB foi fundado em 1966 como o único partido a fazer oposição ao regime não clandestinamente, uma vez que todos os partidos se tornaram ilegais e alguns daqueles de esquerda se uniram às guerrilhas armadas. Após a abertura democrática, os partidos deixaram de ser ilegais e o MDB tornou-se o PMDB, o maior e mais antigo partido brasileiro. No mesmo período de abertura, surgiram partidos como PT e seu maior opositor atual, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

A história do PMDB é construída com relações sempre vantajosas com grupos, partidos e políticos poderosos. Em 2016, Temer se tornou terceiro político do PMDB a assumir o cargo de presidente desde o fim da ditadura em 1985 – e nem ele nem seus predecessores foram eleitos diretamente por voto. O primeiro foi José Sarney, que tomou o poder quando Tancredo Neves, o primeiro presidente civil escolhido através de uma eleição indireta após o fim do regime militar, morreu antes de tomar posse. O segundo foi Itamar Franco, que assumiu a presidência em 1992 após o Impeachment de Fernando Collor, primeiro presidente democraticamente eleito, envolvido em escândalos de corrupção. Itamar então impulsionou seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, presidente de 1994 a 2001, logo antes de Lula.

Esses episódios já são o bastante para comprovar o qual tumultuada e frágil é a recente era democrática brasileira. Mas podemos ir além e lembrar que foi um golpe militar que derrubou o Império e fundou a primeira República no Brasil em 1889; e que tivemos outros dois golpes de estado no século XX, sendo que o primeiro ocorreu em 1930. Dos dezoito presidentes que chegaram ao poder, somente oito foram eleitos e apenas quatro completaram seus mandatos.

Sendo assim, parece que o golpe de Estado contra o PT em 2016 segue uma espécie de “ordem natural” na democracia brasileira, que busca sempre manter o controle do poder executivo nas mãos de determinadas elites através de meios não-tão-democráticos.

4. GOLPES DENTRO DO GOLPES: COMO A EXCEÇÃO TEM SIDO A REGRA – OU COMO O PT APRIMOROU O APARATO REPRESSIVO ESTATAL

Para assegurar seu projeto de desenvolvimento econômico, os governo de Lula e Dilma investiram pesado em controle e repressão nas periferias e contra movimento sociais. A política do governo federal para segurança pública se resumiu em criar mais vagas em presídios e realizar ocupações militares nas favelas. No ano de 2014, a população carcerária do Brasil finalmente se tornou a terceira maior do mundo, com 570 mil pessoas presas, cuja maioria é negra. Durante a gestão do PT, o aumento foi de 620%.

As Unidades de Polícia Pacificadora espalhadas por 38 comunidades na cidade do Rio de Janeiro não pretendem dar “segurança” à população e são totalmente ligadas aos megaeventos. Estão “coincidentemente” localizadas em áreas como vias que conectam os aeroportos aos bairros turísticos ou na região onde seriam realizados os jogos da Copa e das Olimpíadas.

Foi em 2004, durante o governo de Lula, que foi criada a Força de Segurança Nacional. Em 2010 foi criado o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), responsável por elaborar o “Manual de Garantia da Lei e da Ordem” (GLO) em 2013, para responder aos levantes populares que aconteciam em todo o país. O objetivo era garantir os lucros das corporações nacionais e internacionais durante os megaeventos. Sob pressão da FIFA, o governo de Dilma editou a Lei Geral da Copa, responsável por criminalizar movimentos contrários aos impactos da Copa do Mundo, como greves e manifestações de rua.

Para a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016, o governo construiu em 12 cidades as unidades do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), onde diversas forças policiais e de inteligência (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Abin) se integraram para vigiar e reprimir manifestantes. A inauguração dos CICC's aconteceu durante os protestos de 2013 contra a tarifa e aos que se seguiram contra a Copa das Confederações. Suas ações incluíam o monitoramento das multidões por câmeras fixas na cidade e também a espionagem. Houve infiltração de policiais disfarçados no meio dos manifestantes e também aproximação de agentes que mantiveram amizades e relacionamentos com ativistas para obter informações.

A lista se estende, mas para finalizar, a última lei sancionada por Dilma antes do Impeachment foi a nº13.260 – famosa lei antiterrorismo. Em março de 2016, cedendo a pressões internacionais do G20, da ONU e do Comitê Olímpico Internacional, o parlamento e o governo federal criaram um conjunto de leis com termos vagos, que atacam o direito de manifestação e deixam amplas brechas para interpretações. A procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat disse que, de acordo com as leis, “nunca sabemos se um objeto que portamos pode ser visto como um artefato para uma prática terrorista. Até uma caixa de fósforos pode ser enquadrada”.

A lei antiterrorismo é considerada por muitos movimentos sociais e até por políticos como “o AI-5 da Democracia” por colocar na mira movimentos e indivíduos que questionam ou se organizam contra medidas do Estado. Entre 1964 e 1969, o regime militar decretou 17 atos institucionais para remover direitos dos cidadãos e o poder de outras instituições para concentrá-los ainda mais poder nas mãos do chefe de Estado. Tais atos foram considerados “golpes dentro do golpe”, pois passavam por cima de leis e direitos previstos na Constituição. Em dezembro de 1968, o regime militar decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5), dissolvendo o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas. Cassou os direitos políticos de centenas de pessoas e formalizou o Estado de Exceção previsto para durar 180 dias e que perdurou por 10 anos. Nesse período, promoveu-se o terror contra a população, com censura da imprensa, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de milhares de pessoas.

Juristas argumentam que os crimes agora enquadrados como terrorismo pela nova lei – saques, depredação e causar incêndio – já estão previstos nas leis e não precisam de uma nova tipificação. Dentre outras ações que podem ser tratadas como terroristas, estão incluídas sabotar o funcionamento total ou parcial de meios de comunicação e transporte. Isso claramente torna alvo as táticas de desobediência civil tradicionalmente praticadas por movimentos sociais: bloqueio de ruas e rodovias ou a ocupação de escolas, universidades e outros prédios públicos.

Transportar, guardar ou usar materiais explosivos ou inflamáveis também podem ser enquadrados como ação terrorista. A possível consequência em se criar termos tão vagos e amplos para tais práticas é o uso tendencioso das leis para criminalizar movimentos ou minorias. Rafael Braga, jovem negro que dormia nas ruas do Rio de Janeiro no auge das manifestações de 2013, é o

maior exemplo do que acontece quando policiais e juízes usam sua liberdade de interpretação: Rafael foi preso acusado de portar material “possivelmente explosivo” quando carregava uma garrafa de desinfetante e segue até 2017 lutando por sua liberdade como único preso durante protestos desde 2013.

Se a crise econômica não parece melhorar e o colapso na segurança pública está atingindo níveis absurdos, com mais uma ocupação do Exército nas ruas do Rio de Janeiro, sob o governo de Michel Temer, isso é uma continuidade e não uma ruptura com o que foi feito no governo do PT. Os governos de Dilma e Lula não aprimoraram apenas Capitalismo brasileiro, reformaram todo um sistema de segurança dedicado à repressão. Temer herdou a crise, mas também todo um novo aparato de leis, estruturas de controle, de vigilância e de repressão que agora serão usados para conter as massas toda vez que nos organizarmos e tomarmos as ruas.

Por isso, consideramos que para chegarmos ao golpe de 2016, foi preciso uma série de outros pequenos golpes contra os direitos da classe trabalhadora, contra as periferias e contra os movimentos sociais. Assim como o golpe militar de 1964 não foi constituído de apenas um golpe, o golpe parlamentar que tirou o PT do governo é apenas mais um em um conjunto de medidas autoritárias e de exceção, ou seja, percalços comuns dentro da história política do país.

“Na verdade, não existe diferença fundamental entre uma ditadura e uma democracia. Essas formas de governo [democrático] têm toda a capacidade de usar violência, repressão, assassinato em massa, tortura e prisão do mesmo modo como suas caras-metades ditatoriais. Em momentos de emergência, eles podem e normalmente usam essa capacidade.”

Peter Gelderloos – The Failure of Nonviolence

5. DOS LEVANTES DE 2013 AO GOLPE DE 2016

“Na verdade, ao ouvir os gritos de alegria que vinham da cidade, Rieux lembrava-se de que esta alegria estava sempre ameaçada. Porque ele sabia o que esta multidão eufórica ignorava e se pode ler nos livros: o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para a desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz.”

Albert Camus – A Peste.

AS RUAS EM DISPUTA

Nos levantes de junho de 2013, multidões marchavam de forma incontrolável para cercar e invadir os palácios do Poder Legislativo e do Governo Federal com pedras e coquetéis molotov para reduzir o preço das tarifas do ônibus. O protagonismo era autônomo e horizontal nas ruas de todo o país, rompendo com o silêncio imposto por uma década de governo do Partido dos Trabalhadores. A luta levou a uma vitória inédita dos novos movimentos sociais autônomos em escala nacional, com pessoas se organizando para além das formas tradicionais dos movimentos, partidos e sindicatos. A descrença nos processos democráticos e na classe política como um todo era ainda mais forte, o que indicava que essa seria a chance de novas formas de políticas autônomas e da ação direta se tornarem as principais alternativas – a chance que anarquistas sempre esperaram para difundir suas metodologias.

Ao longo de décadas, as elites no governo (inclusive as da esquerda partidária e sindical) colaboraram para esvaziar, descontextualizar e depreciar a ideia em torno de “fazer política”. Este fazer, que ficou resumido à prática institucional, recuperou seu real significado: as pessoas ocupando as ruas estavam fazendo política em cada gesto, em cada escolha, em cada afeto. As manifestações se transformaram em um corpo vivo proporcionando uma experiência intensa e potente de construção coletiva. Para muitas pessoas que nunca haviam participado de protestos de rua, aquela foi a primeira vez em que

saíram da “neutralidade” para demarcar uma posição, e elas nem sempre eram coesas: haviam vozes dissonantes e interesses diversos tanto em diálogo como em confronto e disputa. As elites conservadoras, principalmente, passaram a construir estratégias para cooptar as multidões e oferecer as soluções que muitas delas desejavam – como a saída do PT do governo. Desde então, as ruas voltaram a ser o palco de intensas disputas políticas no Brasil, tanto para quem queria justiça social, como para quem queria um regime mais autoritário.

Em 2005, um esquema de corrupção organizado pelo alto comando do PT veio a público e manchou para sempre a imagem do partido, provando que ele era tão corrupto quanto qualquer outro. Após vencer as eleições, o governo de Lula não tinha maioria no Congresso e a solução encontrada pelos dirigentes do PT foi pagar uma mesada (o Mensalão) aos deputados para que aprovassem leis favoráveis ao governo. O escândalo envolvendo ministros, deputados, empreiteiros e empresários foi amplamente usada pela imprensa que achava possível destruir todo o apoio ao PT na eleições seguintes. Mas o plano não funcionou. Um novo agente político ainda fez a diferença para a reeleição de Lula nas eleições de 2006: as classes pobres e excluídas que foram beneficiadas por programas sociais nos primeiros anos do governo.

O escândalo do Mensalão em 2005 foi um ensaio para que as elites aprendessem como agir em 2016. Não foi possível neutralizar o PT quando enquanto ele ainda contava com vasto apoio das classes pobres e dos grandes movimentos sociais em meio a uma conjuntura econômica favorável. Os levantes de 2013 mostraram que o PT já não dialoga nem comanda a juventude rebelde ou as classes médias urbanas. E rapidamente a grande mídia usou esse momento de ruptura para cooptar a mensagem das ruas para um sentimento anti-PT. Na mesma época em que a economia entrava em declínio e escândalos de corrupção manchavam mais uma vez a imagem do partido no governo. Então, além de um contexto favorável, a direita e a burguesia entenderam que era preciso uma cooperação entre a Polícia Federal e o Poder Judiciário investigando os escândalos, a mídia fazendo uma cobertura tendenciosa e manipuladora das investigações. Outro elemento fundamental seriam os novos movimentos de direita compostos por jovens em sintonia com partidos conservadores nacionais e organizações do neoliberalismo internacional: eles seriam responsáveis por criar uma nova base social alinhada aos interesses da direita para dar legitimidade ao golpe como “uma demanda do povo”.



20 de junho de 2013: com um tom nacionalista, faixas e mensagens contra o PT já eram vistas desde os primeiros protestos contra o aumento da passagem em São Paulo.

Tendo isso em mente, olhamos para as lutas de 2013 e 2014 como uma experiência com erros e acertos. Se beneficiam autonomistas, as esquerdas ativistas renovadas e os novos movimentos de direita. De todas essas, talvez a mais fortalecida foi a direita. E a menos favorecida foram autonomistas e anarquistas. Nossos acertos fortaleceram os movimentos autônomos e despertou o interesse de muitas pessoas para o anarquismo. Mas também cometemos erros abriram caminho para a regeneração da direita e do conservadorismo. Foi possível convidar novas pessoas para uma forma diferente de luta pautada na horizontalidade e sem depender de partidos políticos. Mas erramos em não expandir a luta para além de demandas que apenas reformam o Capitalismo.

Uma nova esquerda ganhou força para regenerar seus discursos. Inspirados por movimentos como 15M e Podemos da Espanha (que por sua vez se inspirou na origem do PT), grupos ativistas convidaram pessoas que não tinham ligações com partidos para concorrer a eleições para cargos no poder Legislativo. Em seus discursos, usavam as palavras que os movimentos autônomos tornaram famosas: horizontalidade, autonomia e apartidarismo – mesmo quando usavam partidos para filiações temporárias para poder concorrer às eleições. Em Belo Horizonte, um desses grupos formados por intelectuais, professores universitários, jovens ativistas das universidades e agitadores culturais, conseguiu eleger duas vereadoras, sendo uma a candidata mais votada da cidade. A crise política e de representação deu lugar para a reciclagem do

discurso eleitoral dos que querem sentar em gabinetes e controlar o Estado “em nome do povo”. Com slogans do tipo “vamos ocupar as eleições”, mostram que 13 anos de governo com um presidente operário e uma presidente mulher não foram suficiente para provar que representantes dos grupos oprimidos no controle de instituições opressoras não mudam em nada o tamanho a opressão.

Também não conseguimos impedir que parte das pessoas que convidamos para as ruas se interessassem pelos discursos da direita. Com um discurso imediatista, propostas de impacto a curto prazo e narrativas que mexem com os medos e inseguranças do cidadão médio urbano, a direita conseguiu avançar e convidar milhões para as ruas contra a corrupção, mas apenas a praticada pelo Partido dos Trabalhadores.

CONSERVADORES DO MUNDO ESTÃO SE UNINDO

Movimentos de direita emergindo logo após agitações populares não é um problema só do contexto brasileiro, mas uma tendência mundial nos últimos anos. Da Venezuela à Ucrânia, da Grécia aos Estados Unidos, grandes momentos de agitação popular levaram pessoas às ruas tornaram manifestações e ocupações de espaços públicos uma ferramenta atraente para quem quer promover uma causa ou pressionar governantes. Observamos que, após muitos levantes de caráter autônomo, radical e horizontal, movimentos de direita e de extrema-direita, em diferentes países, se sentiram mais à vontade para aproveitar a revolta popular para ir às ruas difundir suas agendas.

No caso do Brasil, esses novos conservadores pegaram carona na onda de protestos que, obviamente, não ajudaram a criar, para difundir discursos de legitimidade para o golpe. Esses grupelhos disputaram por espaço nas ruas e atenção da nova geração de manifestantes e da mídia, para rapidamente começarem a organizar seus próprios protestos e construir uma base social. Desde o início, a nova direita é apoiada por instituições como partidos e think tanks financiados pelo 1% mais rico – a elite da elite nacional e internacional – para influenciar processos políticos em todo o mundo. Podemos falar um pouco mais das três principais organizações que foram decisivas para a renovação da direita no Brasil.

O movimento Vem pra Rua é liderado por Rogério Chequer, investidor milionário que morava nos EUA e é ligado à juventude do PSDB – a direita da



Manifestantes apoiando Trump na Av. Paulista contra Dilma, em março de 2016

social democracia burguesa. Voltou para o Brasil como empresário e publicitário e logo se tornou porta-voz do movimento que pedia a saída da presidente Dilma. Outro movimento de destaque é o Revoltados Online, que só aceita cristãos em sua diretoria, apóia políticos abertamente fascistas como o deputado Jair Bolsonaro, deseja a volta da ditadura militar e faz dinheiro com a venda de bugigangas anti-PT na internet.

O maior e mais obscuro é o Movimento Brasil Livre (MBL). Desde o nascimento, o grupo parece querer pegar carona na insatisfação popular: o nome é propositalmente criado soar semelhante ao do MPL (Movimento Passe Livre), e confundir quem procurar pela rede de coletivos autônomos e de organização horizontal que convidou os protestos que iniciaram os levantes de junho de

2013. Tendo à sua frente líderes jovens, o MBL pretende representar a “juventude que saiu do Facebook” para marchar nas ruas pela liberdade absoluta para o mercado, privatizações e o fim dos programas sociais.

O MBL foi criado em 2013, para ser o rosto público da organização Estudantes Pela Liberdade (EPL), fundada em 2012 como uma versão da Students For Liberty (SFL), dos Estados Unidos. Ambas são bancadas pela Atlas Network, uma rede composta por 11 organizações de direita patrocinadas pelos magnatas do petróleo dos EUA conhecidos como os irmão Koch. Quando membros do EPL quiseram participar dos protestos de rua, precisaram criar o MBL porque a legislação da receita federal estadunidense (IRS) não permite que as fundações participem de manifestações políticas. Segundo seu presidente, o objetivo da Atlas é “encher o mundo de think tanks que defendam o livre mercado”.

Logo após a saída de Dilma, o novo presidente Michel Temer convidou o MBL para ajudar com a comunicação e tornar mais palatável as reformas impopulares que atacam a Previdência e os direitos trabalhistas – movimento decidiu se afastar do governo que ajudou a erguer quando notou que os escândalos de corrupção tornaram impossíveis de serem encobertos.

As estratégias usadas por esses movimentos de direita se assemelha muito àquelas usadas para fazer campanha para Donald Trump nos EUA. O uso de notícias falsas, dados manipulados, discursos de ódio e polarizações sem qualquer profundidade política para erguer um ídolo e atacar inimigos tem sido útil para os trolls brasileiros, assim como foi para os americanos.

Precisamos considerar o interesses desses movimentos e dos magnatas que os financiam em desestabilizar governos progressistas e preparar o terreno para políticas ultra liberais. Tais fatos não podem ser vistos como desconectados do contexto geopolítico global. Ainda em meio aos tumultos de 2013, o Wikileaks vazou documentos evidências de que o governo Obama espionava a presidente Dilma Rousseff, e especialmente a Petrobrás – uma das maiores empresas estatais petrolíficas do mundo. Logo após o golpe de 2016, o então ministro das Relações Exteriores do governo Temer iniciou procedimentos para acabar com a participação obrigatória do Brasil na exploração do petróleo, e entregar as reservas do pré-sal para multinacionais como a Chevron.

Não podemos ignorar o embate entre oriente e ocidente pelo petróleo brasileiro: a China, uma grande parceira econômica do Brasil nos últimos anos, pressiona para ter acesso às reservas enquanto empresas e o governo dos EUA

voltam a atenção para o petróleo sulamericano – inclusive usando a espionagem. A Guerra Fria já se foi, mas forças internacionais disputam influência política ter acesso aos recursos naturais do país – herança colonial do país que nunca deixou de ser dependente da venda de commodities e mão de obra barata para o mercado externo.

Anarquistas e outros movimentos de resistência ao Capitalismo, precisam estar cientes dessas disputas globais travadas nos territórios onde construímos nossa resistência. Indígenas zapatistas que se levantaram em armas em 1994 em Chiapas, no México, sabiam que estariam em risco por declararem independência em uma terra rica em recursos naturais e minerais cobiçados pelo o capital mexicano e estadunidense. O mesmo tipo de desafio enfrenta a revolução de deflagrada em Rojava, no norte da Síria, ao pegar em armas pelo fim do Capitalismo, do patriarcado e do colonialismo numa das regiões mais ricas em petróleo do mundo, totalmente imersa em conflitos internacionais pelo controle de suas reservas. No Brasil, a luta de povos indígenas, como os Mundurukus do Pará, é um exemplo de resistência contra o projeto de desenvolvimento econômico genocida retomado durante o governo PT: construir 8 usinas hiedrelétricas ao longo do rio Tapajós, destruindo comunidades, impactando o ambiente e ameaçando a vida selvagem. Os Mundurukus, povo guerreiro conhecido como “decepador de cabeças”, já ocupou e paralisou duas vezes a construção da usina de Belo Monte, no coração da Floresta Amazônica e prometem entrar em guerra contra a construção da usina de São Luís e pela demarcação de suas terras.

O Capitalismo global, e seus centros de comando aglomerados nos países ricos do norte, estão dispostos a transformar qualquer território da periferia global em fazenda para alimentar suas economias – e neutralizar qualquer forma de organização popular que ameace seus interesses. O solo onde pisamos, o bioma em que vivemos, assim como nossos corpos, nossos desejos e nosso tempo é um campo de batalha entre colônias e metrópoles – quanto maior seu valor para o mercado, mais intensa é a batalha.

Como mostram as Zonas a Defender (ZAD's), no território francês, é possível fazer da resistência aos projetos de infraestrutura do Capitalismo (aeroportos, barragens, usinas, estradas) o ponto de partida da nossa resistência política e econômica. Não só apenas nos opor ou bloquear seus projetos, mas erguer no meio dessas barricadas territórios livres do controle do Estado e do Mercado.

6. EPISÓDIOS DE RESISTÊNCIA

Desde que assumiu como presidente, Michel Temer tenta administrar uma economia em crise e lidar com seguidos escândalos de corrupção. Em menos de um ano ele já acumula acusações de corrupção passiva, obstrução de justiça e participação em organização criminosa. Cada passo do seu governos parece afundar mais as classes trabalhadoras e excluídas para favorecer as elites: perdoa dívidas de 500 bilhões de reais de empresários, enquanto propõe diminuir em 10 reais o salário mínimo para economizar 300 milhões.

Ainda assim, Michel Temer se encontra cada vez mais isolado politicamente. Sem apoio popular, seus 4% de aprovação são ainda piores que os 8% que Dilma atingiu logo antes do Impeachment. Mas seu governo não cai porque serve aos interesses do mercado e das grandes corporações. Sua política fiel à cartilha da “Doutrina de Choque”, desenvolvida pelos gurus do neoliberalismo da Escola de Chicago, para implementar reformas que reduzem os serviços do Estado através de privatizações, medidas extremas de austeridade, suspensão de leis que protegem direitos e o meio ambiente, como a que Temer tenta implementar para entregar reservas naturais e indígenas na Amazônia para mineradoras: um projeto político que dificilmente vence nas urnas mas é facilmente aplicado em meio a crises, golpes ou catástrofes. As reformas do novo presidente são uma tentativa desesperada de atender aos caprichos do mercado enquanto a direita se prepara para as eleições de 2018.

Como era de se esperar, desde o início do seu governo, houveram vários episódios de protesto e resistência contra as políticas e as medidas do novo presidente. Algumas dessas lutas mostraram grande potencial para vencer demandas pontuais contra o governo de Michel Temer e a possibilidade de construir experiências de autogestão e horizontalidade, como foi o caso nas dezenas de ocupações de prédios ligados ao Ministério da Cultura e nas mais de mil escolas ocupadas pelo país em 2016.

PRIMEIRAS LUTAS E VITÓRIAS

Assim que assumiu como presidente interino, em abril de 2016, Temer mudou todos os ministros e montou uma equipe composta exclusivamente por homens. Foram extintos 9 Ministérios, incluindo pastas como Cultura, Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos – um modelo que não era visto desde os tempos ditatoriais e um time de governo totalmente envolvido em casos de corrupção.

Naquele momento, anarquistas e movimentos autônomos não estavam em foco como nos últimos anos, mas puderam estar presentes influenciando radicalmente as lutas. Quando foi anunciada a extinção do Ministério da Cultura, prédios ligados a ele foram ocupados em 21 capitais. Pessoas organizavam debates, shows e manifestações de todo tipo para pressionar o governo a voltar atrás.

Após duas semanas, Temer cedeu a pressão popular e anunciou o retorno do Ministério da Cultura, mas as ocupações decidem continuar em muitas cidades abrigando festivais e todo tipo de atividade política e cultural. A vitória deu aos movimentos o sentimento de que o novo governo poderia ser facilmente enfrentado e derrotado em lutas pontuais. Inspirados pelas vitórias recentes, movimentos de sem-teto organizaram um protesto no dia 1 de julho e ocuparam a sede da Secretaria da Presidência da República em São Paulo, forçando mais uma vez o presidente a voltar atrás e desistir dos cortes nos programas de habitação.

7 DE SETEMBRO DE 2016: NUNCA FOMOS PATRIOTAS

Setembro é o mês em que patriotas celebram a chamada independência do governo português, proclamada em 1822. Mas nem todo mundo está para farsas nacionalistas. O Sete de Setembro não é só o dia da independência: desde 1995, movimentos sociais convocam o Grito dos Excluídos, para que a data seja também um dia dar voz à insatisfação popular. Desde os levantes de 2013, manifestações voltaram a ser mais combativas nessa data. E em 2016, esse dia teve um sabor especial após o golpe.

A indignação contra os megaeventos continuou ao final dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos: os gringos ainda voltavam para casa enquanto 23

mil soldados do Exército e a Guarda Nacional devolviam o controle das ruas às polícias no Rio de Janeiro depois de duplicar o número de tiroteios em operações policiais na primeira semana dos jogos – houveram 95 tiroteios no Rio de Janeiro, onde 51 ficaram feridos e pelo menos 8 morreram pela polícia durante as 3 semanas de Jogos Olímpicos (de 5 a 21 de agosto). Qualquer tipo de manifestação ou expressão denunciando o impacto dos eventos foram brutalmente suprimidas desde o primeiro dia. E apenas 10 dias após o fim das Olimpíadas, no dia 31 de agosto, o Senado votou pelo afastamento de Dilma Rousseff e Michel Temer deixou de ser presidente interino para ser oficialmente o novo presidente do Brasil.

A Copa do Mundo e as Olimpíadas se foram, mas o legado de abuso legal, violência policial, exclusão e segregação continuaria sob a sombra deste novo regime. Portanto, não surpreende que tivéssemos as maiores manifestações anti-governo desde 2013: aconteceram protestos em 24 estados, quase todas as capitais e dezenas de cidades no 7 de Setembro, sendo a maior em Salvador, onde 15 mil compareceram. Era necessário mostrar o descontentamento e oferecer resistência contra novas políticas governamentais, mas também contra os efeitos do que foi construído no governo do PT: tínhamos os novos e os velhos motivos para nos revoltar. Nos cartazes e faixas predominavam os pedidos “eleições diretas já” para que o povo escolhesse um novo presidente.

Houveram confrontos com a polícia ao longo da semana anterior ao dia da independência, marcados pela violência policial, prisão de jornalistas e mais manifestantes perdendo a visão com as armas menos letais. Movimentos de esquerda hostilizaram e repudiaram a presença do black bloc em São Paulo como “responsáveis” pelas ações violentas da polícia. A tática black bloc havia saído um pouco de cena desde 2014 e agora retornava para responder ao novo governo, causando polêmica e dividindo movimentos sociais. Em São Paulo e em Belo Horizonte, por exemplo, anarquistas e black blocs marcharam ostensivamente, não atacaram a polícia nem quebraram nada. Sua maior ação foi mostrar que era possível marchar e demonstrar sua força numérica sem necessariamente agir com violência. A presença anarquista foi importante para dizer que não bastaria dizer “Fora Temer”, mas mostrar nenhum governo é opção e que a ação direta e autônoma – não a renovação democrática – ainda são nossas melhores armas.

ESCOLAS OCUPADAS

É interessante notar que essas estratégias de ocupação que se tornaram uma tendência em 2016, foi inspirada pelas lutas de outubro de 2015, quando 200 escolas foram ocupadas por estudantes em todo o estado de São Paulo. O governador Geraldo Alckmin pretendia fechar 94 escolas, demitindo professores e afetando a vida de cerca de 300 mil estudantes, que teriam que ir estudar longe de suas casas e em salas de aula superlotadas. Em resposta, no dia 9 de novembro, cerca de 18 estudantes ocuparam uma escola em Diadema, na região metropolitana de São Paulo. Dois dias depois, policiais armados com metralhadoras tentaram entrar na escola, mas não conseguiram expulsar os estudantes.

Rapidamente, muitas manifestações aconteceram simultaneamente, com muitos confrontos com a polícia nas ruas e nas portas das escolas. Dentro de um mês, haviam 230 ocupações. As escolas rapidamente se tornaram verdadeiras comunas, com estudantes se organizando em comitês de limpeza, cozinha ou segurança. Conseguiram o apoio de pais e da comunidade, e mais de mil pessoas se voluntariaram para dar aulas e oficinas gratuitas, sobre temas como graffiti, jardinagem, saúde e debates sobre gênero. Shows e festivais foram organizados em alguns edifícios. Os partidos políticos e as uniões estudantis ligadas a eles foram impedidos de participar: as ocupações sempre permaneceram autônomas

Secundaristas ocupam Núcleo Regional de Educação em Curitiba



e horizontais. A popularidade do governador atingiu uma baixa recorde após as ocupações, o plano de reorganização foi revogado e o Secretário de Educação renunciou ao cargo.

Após a vitória parcial, algumas escolas decidiram manter a ocupação. No início de dezembro, 23 escolas já estão ocupadas no estado de Goiás, em protesto contra a privatização e a militarização das escolas. Inspirados pelos estudantes de São Paulo, eles nos mostram que o próximo ano estava prestes a começar com as lutas iniciadas por uma nova geração muito inteligente, no primeiro semestre que ocupava escolas em Goiânia, Belo Horizonte, Curitiba, Rio de Janeiro e muitas outras cidades.

Foi no final de 2016 que as escolas se tornaram o palco novamente. Poucos dias depois de entrar no escritório, o novo governo anunciou no final de setembro uma emenda constitucional (PEC 55/241) que impõe o limite do orçamento estadual para saúde e educação para os próximos 20 anos. Uma medida de austeridade radical considerada “o pacote de austeridade mais socialmente regressivo do mundo” segundo oficial da ONU.

Inicialmente, uma nova onda de ocupações começou em escolas secundárias estaduais contra os cortes na previdência social e na educação. No final de outubro, mais 1.200 escolas e 100 universidades estavam ocupadas em 19 estados. Um dos destaques desta mobilização foi no dia 29 de novembro, dia em que senadores votavam a medida: cerca de 30 mil estudantes, trabalhadores, indígenas e camponeses de todo o país foram para a capital Brasília protestar e entraram em confronto com a polícia, queimando carros, atacando as janelas e as portas dos palácios. Mas não foi suficiente: a lei foi aprovada e o governo agora vai congelar os orçamentos para educação e saúde por 20 anos, como medida para acalmar o mercado financeiro.

GREVE GERAL: 2017 NOS LEMBRA 1917

Movimentos sociais e centrais sindicais ligados à esquerda conseguiram mobilizar milhões de pessoas na tentativa de retomar uma influência nacional convocando atos para março e uma greve geral para abril de 2017. No dia 15 de março, foi chamada uma paralização que não chegou a ser uma greve geral, mas atingiu cerca de 25 estados. No dia 31 de março, milhares foram para as ruas 23 estados contra os ataques às leis trabalhistas e a lei da terceirização propostas pelo governo de Michel Temer.



Greve Geral em São Paulo, 28 abril de 2017.

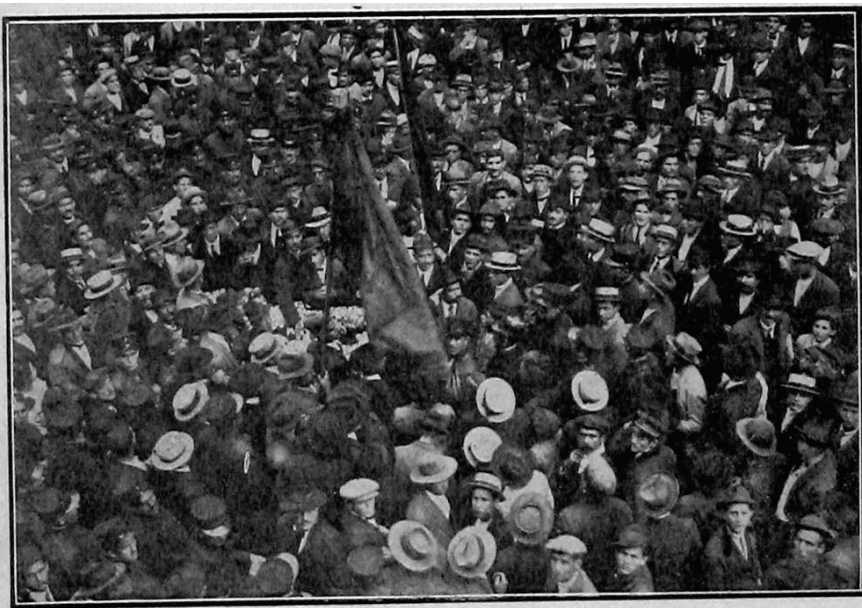
No dia 28 de abril, 40 milhões de pessoas paralisaram suas atividades em 130 cidades de todos os estados do país, na maior greve geral das últimas décadas. Profissionais dos transportes, bancos, escolas, universidades, aeroportos, comércio, fábricas, movimentos estudantis, movimentos de pessoas sem-teto e sem-terra se juntaram nas ruas de todos os estados do país. Manifestantes em São Paulo caminharam até a porta da casa de Michel Temer e foram barrados pela polícia. Na dispersão, black blocs revidaram atacando bancos e lojas.

A maioria de nós nas ruas ainda não tinha participado de uma greve geral com tanta adesão e mobilização. E desde 2013 e 2014 não víamos ondas de protestos espalhando por todo o país com tanta força e radicalidade. Anarquistas aproveitaram o momento para refrescar a memória e comemorar os cem da Primeira Greve Geral do Brasil, em 1917 – também conhecida como a *Greve Geral Anarquista*. Na época, movimentos e sindicatos anarquistas eram as maiores forças operária e trabalhadoras no país. Antes, as greves se limitavam a setores produtivos ou categorias de trabalhadores específicos. Trabalhadores de São Paulo se rebelaram contra os baixos salários, as jornadas de trabalho de até 16 horas, os abusos do trabalho de mulheres que recebiam bem menos que os homens e contra o trabalho infantil, que era comum numa época praticamente sem legislação trabalhista. As paralizações começaram parciais e se alastraram após a morte do sapateiro espanhol José Martinez. Durante seu funeral, 50 mil pessoas paralisaram suas atividades para se unir aos protestos. Dias depois, mais

protestos, comícios e saques ajudaram a aumentar a adesão de trabalhadores e espalhar a greve pelo país. Demandas parciais foram consolidadas, como aumentos no salários, redução da jornada de trabalho, liberdade de associação sindical, fim do trabalho noturno para mulheres e o fim do trabalho infantil e adolescentes menores de 15 anos.

A radicalidade era grande e os confrontos foram intensos na greve de 1917. Ainda não é certo o número de mortos pela repressão, mas há indícios que foram dezenas ou mesmo centenas de trabalhadores e trabalhadoras assassinadas pelas forças do Estado. Após esse período, a repressão ao sindicalismo revolucionário de anarquistas e socialistas foi cada vez mais brutal, contando até mesmo com uma colônia penal dedicada a prisioneiros políticos funcionando por quatro anos. Localizada no meio da Floresta Amazônica e conhecida como a “Sibéria Brasileira”, Clevelândia foi campo de concentração para todo tipo de pária da sociedade, mas era o principal destino de anarquistas e outros rebeldes presos no regime do presidente Arthur Bernardes (1922-1926). Domingos Passos, conhecido operário negro e anarquista brasileiro, o escritor colombiano Biófilo Panclasta e muitos outros nomes célebres são alguns dos sobreviventes da prisão de Clevelândia, onde centenas foram levados sofrer torturas, trabalhos forçados, doenças, e morte.

Multidão durante funeral de José Martinez, 1917



Aspecto da multidão que acompanhou o enterro do companheiro Martinez, quando estacionada na rua 15 de Novembro

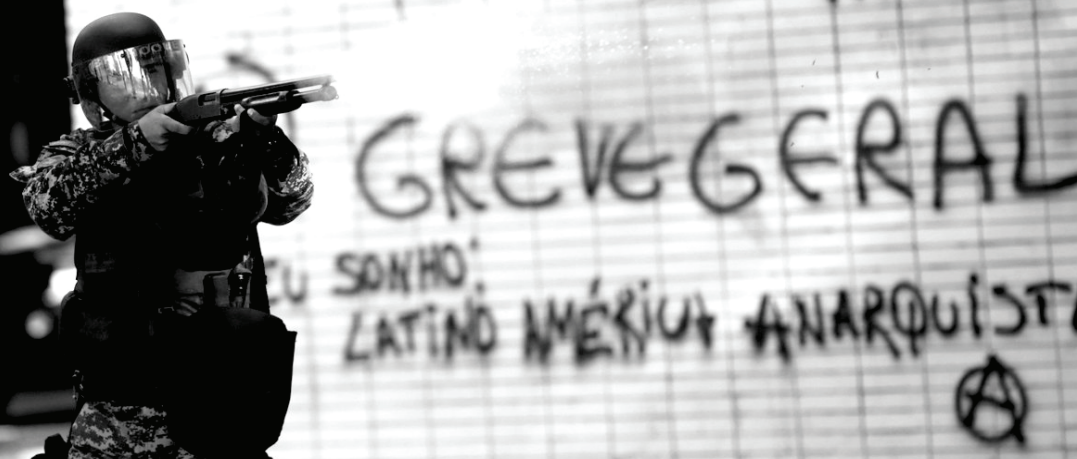
A greve de 2017 não foi tão intensa nem tão radical como a de cem anos atrás, nem conseguiu fazer o governo recuar em suas medidas. Ainda assim, a greve reforçou o valor da ação conjunta entre movimentos sociais e da ação direta como uma ferramenta que precisa ser mais usada. Nesse novo século, anarquistas ainda precisam percorrer um longo caminho para reconstruir uma tradição de luta e compartilhar experiências mais contundentes se quisermos realmente atingir onde dói para o Estado e para os ricos.

O ÚLTIMO GRANDE CONFRONTO COM O NOVO REGIME – AS BALAS DE UM ESTADO POLICIAL

Para terminar encerrar os exemplos de luta e revolta popular contra o novo governo, vamos falar do maior e mais trágico dos dias de protesto de 2017. Cerca de 50 mil pessoas foram à Brasília no dia 24 de maio protestar pela saída de Michel Temer, após o vazamento de uma conversa em que o presidente negociava propinas com o dono da JBS, maior empresa de carne do país, para a compra do silêncio de deputados presos por corrupção. Foi o maior e mais intenso confronto entre manifestantes contra agentes do Estado. Mais uma vez, a maior demanda era a saída do presidente e novas eleições diretas. Mas o que chamou mais a atenção foi a radicalidade dos protestos.

Manifestantes se aproximou dos bloqueios policiais que protegiam o Congresso por volta das 13h. Sindicalistas tentavam romper as grades e a polícia atacou com spray de pimenta. A presença anarquista e black blocs deu força à ofensiva popular que aguentou mais de uma hora de confronto com as tropas de choque da Polícia Militar e da Força Nacional. Os prédios de oito ministérios foram destruídos e dois foram incendiados, banheiros químicos se transformaram em barricadas enquanto pedras, foguetes e molotovs eram arremessados contra a polícia.

Dos carros de som, membros de sindicatos e partidos pediam calma aos “companheiros mascarados”. Mas quando perceberam que o ataque policial não ia parar, passaram a convidar as pessoas para resistir. Quando o prédio do Ministério da Agricultura estava em chamas, policiais comuns que não tinham equipamentos anti-distúrbio começaram a disparar munições letais contra manifestantes. Um homem de 64 anos é atingido no rosto e sobrevive com a bala alojada na garganta. Um jovem perde a mão com a explosão de uma bomba



Cerca de uma hora de confronto contra Michel Temer e sua polícia no dia 24 de maio

de efeito moral da política. Cerca de 50 pessoas ficaram feridas, sendo que 5 precisaram ser internadas. Ao menos 8 policiais ficaram feridos.

Em resposta à revolta popular, Temer disse que as manifestações eram ilegítimas e usou o decreto de Garantia de Lei e Ordem (atualizada e utilizada inúmeras vezes por Dilma Rousseff) pela terceira vez em seu governo. O decreto só pode ser acionado pelo presidente e convocou 1.300 militares do Exército e 200 fuzileiros navais para proteger os prédios públicos de Brasília com a função de polícia por uma semana. Após pressão popular, da oposição e de membros do Judiciário, o presidente revogou o decreto no dia seguinte. Os prejuízos causados aos cofres públicos com o vandalismo do dia 24 de maio são estimados em 1,4

milhões de reais (e isso é menos que os 2 milhões de reais que um dos donos da JBS, relatou pagar ao presidente por mês em propinas).

A resistência e a coragem das multidões foi poderosa. No entanto, o Estado de exceção fica claro quando as Forças Armadas são chamadas para ocupar as ruas contra um inimigo interno, sendo que horas antes, policiais decidiram abrir fogo com munição letal contra manifestantes. Felizmente, ninguém morreu nos protestos em Brasília. Tudo isso acontece no mesmo dia em que uma operação envolvendo 30 homens, policiais civis, militares, seguranças privados e paramilitares, invadiram uma fazenda ocupada por trabalhadores sem terra em Pau D'arco, no estado do Pará. Ao menos 11 camponeses foram torturados e executados e outras 14 pessoas foram baleadas na operação. Um caso extremo de terrorismo de Estado ainda comum num país onde os conflitos agrários estão se agravando com as políticas do novo governo. Até hoje, nenhum dos policiais que atiraram em manifestantes em Brasília foi preso e todos 13 policiais detidos por envolvimento na chacina de Pau D'arco foram soltos pela Justiça.

Se em meio aos levantes de 2013 dizíamos que no centro da cidade a polícia usa bala de borracha, mas nas periferias e no campo a munição é letal, no dia 24 de maio de 2017 sentimos na pele que as balas vão ser letais em qualquer lugar que a resistência surgir contra um estado de Exeção cada vez mais permanente.

7. POSSÍVEIS CONCLUSÕES: AÇÕES DIRETAS JÁ

NOVOS TERRENOS, NOVAS LUTAS

O terreno mudou mais uma vez. As formas de luta que os movimentos e grupos de resistência empregaram contra as medidas do governo Temer revelam alguns pontos de evolução nas táticas e estratégias nos últimos anos. Vemos desdobramentos e inovações se comparamos com as lutas dos anos de 2013 e 2014. Movimentos autônomos participaram dessa renovação tática, sendo o maior exemplo as ocupações de escolas. Mesmo conseguindo algumas vitórias pontuais contra as reformas do governo de São Paulo mas tiveram não conseguiram barrar a PEC dos gastos e as políticas de austeridade de Michel Temer. Isso prova na prática que se uma forma de luta funcionou em um ano, nada garante que ela continue funcionando em novos momentos e contextos, por mais inspiradora e poderosa que seja a experiência.

Ainda assim, se uma tática parece eficiente em produzir no imaginário das pessoas noções de apoio mútuo e autonomia, essa tática é a ocupação. Os princípios fundamentais do movimento dos estudantes eram os mesmos que ficaram conhecidos em 2013: ação autônoma, decisão horizontal e política desvinculada de partidos e movimentos estudantis ligados a eles. Mas as táticas foram várias e mudavam rapidamente de acordo com o contexto, de uma forma inédita. O que começou com uma onda de descontentamento nas redes sociais, virou um movimento com passeatas e ocupações que se disseminaram rapidamente. No meio da luta, foi comum o movimento sair das ocupações para fazer passeatas, protesto e bloqueios de vias. Além de organizar aulas públicas e eventos nas escolas ou nas ruas. Tanto em 2015 quanto em 2016, as ocupações conseguiram criar verdadeiras comunas dentro das escolas, com estudantes organizando aulas, faxinas, hortas, cozinhando, solucionando conflitos, compartilhando métodos de lidar com a violência policial, tudo isso enquanto davam um novo uso para uma estrutura criada para o controle e o adestramento mental. Mesmo quando demandas específicas não são atingidas, a vitória pode ser vivenciar mais uma experiência de luta, autogestão e radicalidade, com apoio da comunidade na manutenção do espaço e na resistência contra as ações policiais.

Estudantes rapidamente souberam reconhecer quem estava do seu lado e quem queria capitalizar com suas lutas e conquistas. As uniões estudantis que servem de palanque eleitoral para a juventude dos partidos não puderam entrar para tomar a frente das ocupações e buscar um diálogo pacificador com o governo. Grupos de direita que tentavam se infiltrar nas escolas para disseminar sua agenda ou para sabotar as ocupações foram expulsos sob vaias para nunca mais voltar. Era necessário ocupar não apenas as estruturas, mas o tempo e as relações que fazem essas estruturas funcionar. Para que a luta fosse radical e horizontal, era preciso manter as relações radicais e horizontais. Isso inclui mostrar na prática que nossos objetivos e nossas formas de luta por um mundo melhor e sem opressão, passa por superar a polarização superficial entre esquerda e direita que dominou a imprensa, as mídias sociais e nosso cotidiano.

Existe um enorme potencial revolucionário em ocupar prédios e espaços públicos ou qualquer pedaço de terra ou infraestrutura do Capital: além de interromper e modificar a função de um dispositivo de poder produtivo e opressão política, tomar e usar essas estruturas para abrigar nossos movimentos,

mesmo que por tempo limitado, pode ser uma grande oportunidade de nutrir formas de luta e organização revolucionárias. Gerando acúmulo de experiência, conhecimento e material para lutas futuras. Parte dos estudantes que iniciaram as ocupações de escolas em 2015 e em 2016 teve algum contato ou influência dos movimentos autônomos de 2013, como o MPL. Mas nos geral, suas conquistas e sua enorme mobilização não foi fruto de movimentos tradicionais ou partidos, nem mesmo de movimentos autônomos com mais de uma década de acúmulo em trabalho de base, como foi em 2013. O movimento secundarista é resultado do poder de imaginação e inovação de jovens de 13 a 18 anos, cuja maioria nunca havia participado de qualquer protesto ou movimento social. Foi o sangue novo e a capacidade de imaginar o inimaginável que tornou o movimento forte, conquistando solidariedade no país inteiro.

Por outro lado, uma renovação tática também ajudou nossos mais novos inimigos políticos: a direita conservadora e neoliberal, liderada pelos jovens que estiveram nas ruas ao mesmo tempo que nós em 2013. Eles souberam usar o descontentamento da juventude e da classe média, aliado ao uso das mídias sociais e alianças políticas com partidos e instituições internacionais para desenvolver seu poder de influência. Precisaremos superar nossos próprios limites, mas estar atentos aos passos desses movimentos que estão emergindo para que nossas táticas e visões sejam mais atraentes que seu autoritarismo.

PARA ALÉM DAS POLARIZAÇÕES

No momento em que parte da esquerda tenta nos vender mais uma vez a imagem de Lula salvador dos pobres para as eleições presidenciais de 2018, precisamos mais do que nunca dizer um basta a esse tipo de ilusão. O PT não é uma saída para os problemas do Capitalismo, eleições não vão nos garantir alguma coisa. O pacto de classes que o PT organizou com os ricos e o golpe parlamentar que derrubou Dilma provaram que o que menos importa é o voto quando as oligarquias querem se manter no poder.

Quanto à maneira como direita ou esquerda tratam as periferias, não existe muita diferença: ambas acreditam que as periferias são redutos de violência, tráfico, crimes e corpos descartáveis. A única instituição do Estado realmente presente é a Polícia e o Exército. A inovação do PT e da esquerda latinoamericana é combinar a repressão armada com programas sociais simultaneamente. Programas como o Bolsa Família são compatíveis com as

operações de pacificação e militarização das favelas: uma forma comum de contra-insurgência preventiva. Os programas sociais que incluem pobres na sociedade de consumo e a repressão policial nas comunidades atuam no mesmo local que os movimentos sociais, com o objetivo de desmobilizar e impedir que pobres construam sua autonomia longe do Estado e do mercado. Assim como fez o governo mexicano, quando zapatistas construíam escolas nas cidades pobres: o invés de construir escolas onde ainda não havia nenhuma, o governo decidiu competir construindo escolas nas mesmas cidades em que os zapatistas, e ainda davam telhados para as famílias que matriculassem seus filhos. Direita ou esquerda, sabem que pobreza ignorada pode se tornar um levante ou mais soldados para o narcotráfico.

As linhas entre direita e esquerda mascaram o que há de semelhante em seus projetos de poder. O PSDB é normalmente visto como grande partido de direita, sendo o maior rival do PT enquanto maior partido de esquerda. Mas essa polarização é estúpida e dificulta ver que existem muito mais semelhanças entre esses dois partidos do que ambos gostariam de admitir. Mesmo sendo o PT o resultado de movimento amplo de base, os partidos dois tiveram origem em projetos social-democratas semelhantes e mais tarde, cada a um a sua forma, se tornaram meros serviçais das elites. O PT conservou relações com movimentos sociais e sindicatos, trazendo-os para dentro do seu governo. O PSDB se aliou basicamente às elites industriais do Sudeste do país. No entanto, foi o ex-presidente Fernando Henrique que idealizou implementou os programas de transferência de renda que mais tarde seriam unificados e transformados no Bolsa Família. Em 2003 o PSDB publicou uma nota de revolta por ter sido impedido de participar do XXII Congresso da Internacional Socialista realizado em São Paulo. Até mesmo a direita mais conservadora considera o PSDB como a “esquerda da direita”.

A corrupção também esteve presente da mesma forma nos governos de esquerda. As investigações da Lava Jato (em nível nacional) e o escândalo Panamá Pappers (em escala mundial), mostram o que anarquistas sempre tentam deixar claro: o Capitalismo e o Estado são organizados por máfias corruptas e autoritárias por natureza. Sua existência e seu poder dependem de relações ilegais, subornos, tráfico de drogas, paraísos fiscais e lavagem de dinheiro. Dependem desses crimes muito mais do que dependem do voto e das eleições democráticas. Num país como o Brasil, onde governos eleitos nunca

foram a normalidade, onde golpes e ditaduras são a regra, isso fica mais óbvio. Ao mesmo, esse quadro ganha contornos ainda mais trágicos e o campo fértil para o fascismo e o para o terrorismo de estado.

Isso nos leva a outras perguntas: o que fazer quando estamos em meio a uma guerra civil não declarada? E não falamos de guerra civil como uma metáfora filosófica que estudantes de filosofia franceses gostam de formular. Falamos de um estado de sítio nos moldes do terceiro mundo, que os rebeldes dos países do norte têm apenas um breve sabor. Somente a Polícia Militar do estado de São Paulo matou 459 pessoas no primeiro semestre de 2017. Foi o maior número dos últimos 14 anos. Enquanto no mesmo período de 2017, as polícias dos Estados Unidos inteiro mataram 624 pessoas. Houveram mais mortes violentas no Brasil do que nas 12 maiores zonas de guerra do mundo entre 2004 e 2007. Em 2015 os números de mortes foram maiores até que a guerra na Síria. Em agosto de 2017, até mesmo um jornal corporativo ligado aos monopólios da mídia criou um editorial de guerra para tratar da crise de segurança no Rio de Janeiro: “Isso não é normal”, alegam os jornalistas enquanto cobrem o conflito entre facções e a violência policial contra a população. Com essa iniciativa, esse passa a ser provavelmente o primeiro jornal do mundo a criar um editorial de guerra em um país que não declara ou reconhece oficialmente viver em guerra civil – mesmo quando os números provam que sim.

Governos eleitos com programas de esquerda e com apoio dos movimentos sociais tradicionais na América Latina estão perdendo influência e sendo substituídos por alianças novas alianças neoliberais que rejeitam o pacto com a esquerda. A opinião pública parecer mostrar que os processos democráticos e eleitorais já deram uma grande chance para a esquerda. Episódios como o Impeachment no Brasil podem ser apenas o primeiro grande passo de um avanço da direita que ainda vai durar muito tempo. O neoliberalismo venceu uma etapa com o golpe que tirou o PT da presidência mas será nas eleições presidenciais de 2018 que a direita vai tentar consolidar sua volta vendendo seu projeto nas urnas. O maior nome dessa nova cara do neoliberalismo talvez seja João Dória, o prefeito e “CEO” de São Paulo. Mas quem realmente ganha destaque e assombra as eleições é Jair Bolsonaro, o deputado e militar da reserva que apóia as ditaduras brasileira e chilena, é a favor da tortura e na pena de morte, e já afirmou que dissolveria o Congresso e daria um golpe no mesmo dia em que for eleito. Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas sobre as

eleições presidenciais de 2018 com 16% das intenções de voto, atrás apenas de Lula do PT. A possibilidade de um militar abertamente racista, homofóbico e machista se tornar presidente é um grande risco para todas as minorias e movimentos sociais, uma vez que ele promete declarar guerra a tais grupos, acabar com territórios indígenas e quilombolas. Mais um exemplo de discurso de ódio e do fascismo brasileiro que a direita fez crescer em meio aos protestos pelo Impeachment de Dilma.

No momento em que discursos de ódio contra minorias e grupos mais pobres que se beneficiam de programas sociais, linchamentos de suspeitos de praticar crimes nas ruas mostram na prática a máxima “bandido bom é bandido morto”, uma parcela considerável da sociedade está em sintonia com o pensamento conservador que quer manter um Estado policial. Anarquistas terão um desafio ainda mais complicado nesse terreno para mostrar que há ainda opções para além da polarização.

A realidade demonstra que fazer campanha pelo voto ou tentar participar da política eleitoral é o mesmo que pedir para as pessoas abrirem mão de construir um poder coletivo para dar mais poder a essas elites e instituições políticas que amanhã podem estar nas mãos de ditadores como os que tomaram o governo em 1964. Tais instituições parecem ficar mais poderosas a cada crise e a cada escândalo, enquanto sentimos que temos cada vez menos poder em nossas mãos para determinar como nossas vidas e nossas comunidades devem ser. No entanto, sabemos muito bem que uma ditadura é pior que uma democracia e sentimos na pele que um governo explicitamente neoliberal, que chega ao poder por medidas de exceção, pode ser ainda pior que a social-democracia petista. Mas não deixaremos dúvidas: estamos contra os dois.

A verdadeira oposição de forças na nossa sociedade não pode ficar apenas em direita contra esquerda eleitoral; social-democracia nacionalista contra neoliberalismo imperial. Essas são oposições rasas que criam falsas diferenças entre grupos que tem origens, agendas muito semelhantes e que na verdade trabalham para manter o controle e os privilégios das mesmas classes de governantes e empresários. A única oposição que pode fazer alguma diferença nas lutas sociais por um mundo melhor é entre qualquer forma governo e a liberdade de toda as pessoas; entre controle e autodeterminação; entre representação e autonomia; entre hierarquia e anarquia. Em uma época que na qual é normal jovens de classe média acharem que ser rebelde é ser de direita, a questão deve ser como participar das lutas sociais e políticas de nossos tempos firmando nossa posição anarquista, contrária a qualquer forma de governo, como alternativa eficiente para os problemas do Capitalismo.



Barricada, Greve Geral: ação direta que derruba o Capital!!

AÇÕES DIRETAS JÁ!

Em resposta aos cartazes que pedem “Eleições diretas já”, dizemos que a melhor opção é partir para realizar nossas ações diretas já! Ocupar, rebelar, saquear, nos organizar e construir as estruturas de vida, políticas e econômicas que nos garantem autonomia. Tudo isso ao mesmo tempo em que procuramos difundir táticas, estratégias e objetivos que nos fortalecem enquanto comunidade e nos libertam das garras do Estado e do Mercado.

Mas não podemos contar que a relação entre ação direta e políticas radicais será sempre óbvia. Enquanto anarquistas, devemos nos esforçar para que essa relação se torne óbvia. Partidos e movimentos que surgiram após 2013, com a ideia de restaurar a política eleitoral e colocar “verdadeiros representantes” das minorias no governo, fizeram isso usando slogans como “horizontalidade”, “autonomia” e “apartidarismo”. Essas palavras se tornaram famosas porque eram os princípios fundamentais dos movimentos autônomos que iniciaram os levantes em 2013. Da mesma forma que o Syriza surgiu minúsculo e ganhou apoio por ser o único partido que não condenou os violentos protestos na Grécia em 2008, esses movimentos pegaram carona nos termos que se popularizavam com os novos agentes políticos nas ruas do Brasil. Logo, “ocupar tudo”, se tornou “ocupar as eleições”. Movimentos sociais tendem a se amparar no que há de familiar para a opinião pública, por medo de se isolarem quando acharem que são “muito radicais”. Até anarquistas fazem isso, quando usam discursos e metodologias democráticas, mais especificamente da democracia direta, como se elas levassem necessariamente à anarquia um dia: se amparam no que há de

familiar, abraçam um tom populista e de fácil digestão e esquecem que se *Acracia* (ausência de poder coercivo) fosse o mesmo que *Democracia* (poder coercivo de um grupo ou da maioria sobre o resto), não haveriam duas palavras diferentes.

É compreensível que nem todo mundo vai escolher uma via radical na luta contra o governo no Capitalismo e precisamos saber como lidar e até mesmo lutar lado a lado com reformistas e governistas. Mas não podemos esquecer qual a nossa posição nem deixar de dizer os problemas sistêmicos e históricos nas instituições que combatemos. Quando percebemos uma crise de representação, devemos aproveitar para aumentar a descrença nos políticos e em suas instituições – e não buscar formas de ocupar seus cargos, regenerar a democracia burguesa e legitimar a posição de políticos profissionais enquanto postos que acumulam poder desproporcional em nossa sociedade. Se não conseguirmos vitórias nas demandas urgentes, ao menos vamos tornar a experiência dos protestos de rua, dos conflitos com as autoridades, com as ocupações dos espaços como oportunidade para desenvolver habilidade sociais revolucionárias que perdurem para além das crises e protestos pontuais.

Ninguém disse que ia ser fácil, nem que com apenas algumas manifestações o Estado e o Capitalismo iriam ruir. Nem 1917 e nem 2013 voltarão a se repetir só porque desejamos isso ou porque imitamos exatamente o que funcionou no passado. Temos pouca influência sobre quando as coisas vão acontecer, mas podemos nos preparar para quando elas acontecerem. E como os movimentos que lutaram contra o aumento das tarifas no transporte público puderam perceber, uma grande vitória em um ano pode significar um futuro de seguidas derrotas quando o sistema aprende a lidar com as novas formas de luta. Eles vão nos dar reformas para acalmar nossos ânimos, vão ouvir nossa opinião e vão até aceitar alguns de nós no governo deles para sentirmos que o sistema nos representa. Mas não precisamos aprender a nos contentar com inclusão ou reformas. Nosso objetivo é ocupar, resistir e nos organizar para aumentar nosso poder coletivamente contra todas as formas de controle e opressão. Eleito ou não, nenhum governo é uma opção. Ditaduras podem ser piores que democracias, assim como golpes de Estado são piores do que eleições. Mas seja qual for o cenário, seremos ingovernáveis.



Fora todos!

A verdadeira oposição de forças na nossa sociedade não pode ficar apenas em direita contra esquerda eleitoral; social-democracia nacionalista contra neoliberalismo imperial. Essas são oposições rasas que criam falsas diferenças entre grupos que tem origens, agendas muito semelhantes e que na verdade trabalham para manter o controle e os privilégios das mesmas classes de governantes e empresários. A única oposição que pode fazer alguma diferença nas lutas sociais por um mundo melhor é entre qualquer forma governo e a liberdade de toda as pessoas; entre controle e autodeterminação; entre representação e autonomia; entre hierarquia e anarquia. Em uma época que na qual é normal jovens de classe média acharem que ser rebelde é ser de direita, a questão deve ser como participar das lutas sociais e políticas de nossos tempos firmando nossa posição anarquista, contrária a qualquer forma de governo, como alternativa eficiente para os problemas do capitalismo.

